

EVASÃO NO BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E ECONOMIA

OLIVEIRA, Edna de
OLIVEIRA, Aline Lourenço de
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL – MG
email: freitasedna@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo é parte de uma pesquisa sobre a evasão no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE) da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL- MG. Diante dos desafios impostos à universidade, no atual contexto socioeconômico, das características históricas de exclusão e elitização do ensino superior no Brasil e dos anseios sociais pela sua democratização, a pesquisa aborda a evasão como um dos grandes problemas apresentados a este nível de ensino no Brasil. A efetividade das políticas de expansão da educação superior estão sendo ameaçadas pelo problema da evasão, que representa desperdícios de recursos públicos e enormes perdas educacionais e sociais. A partir das contribuições de diversos estudiosos, especialmente de Tinto (1975; 1993), a evasão é considerada responsabilidade também da instituição de educação, e sobre a qual é necessária uma postura ativa de enfrentamento. O objetivo central do trabalho foi caracterizar aspectos da evasão no BICE, no período de 2009 a 2015, buscando subsidiar ações para minimizar o problema. Os dados mostraram que a taxa de evasão do curso, no período, foi bem superior à média nacional. A pesquisa também revelou que o problema ocorre, especialmente, com alunos que estão no início do curso e que apresentam baixo rendimento. A evasão no BICE mostrou-se, ainda, influenciada por múltiplos fatores que se apresentam na interseção das perspectivas interna às Instituições de Educação Superior (IES), externa às IES e pessoal. Dentre os fatores mais apontados, destaca-se o interesse por outro curso, a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, o desencanto com o curso e a dificuldade de participar das atividades da IES. Dessa forma, a pesquisa aponta para a necessidade de revisão das políticas educacionais e ações institucionais diversas que vão do acompanhamento e discussão do problema, a atividades de apoio voltadas para orientação e aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Evasão. Educação superior. Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia. Evadidos.

1. Introdução

A evasão universitária é um problema antigo no Brasil e que tem apresentado um crescimento progressivo, especialmente, após o movimento de expansão da rede federal de ensino, com impactos negativos tanto para as instituições de ensino quanto para a sociedade.

O abandono do curso pelo estudante representa desperdícios de recursos públicos e perdas educacionais e sociais que ameaçam a efetividade das políticas de expansão e democratização da educação superior, se apresentando assim como um problema para a administração pública.

O objetivo desse trabalho foi caracterizar aspectos da evasão no Bacharelado interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL- MG), identificando traços do perfil do aluno evadido e fatores que motivaram a evasão.

Diante do atual contexto socioeconômico, das características históricas de exclusão e elitização da educação superior no Brasil e da necessidade de sua democratização, a pesquisa busca contribuir para a compreensão da evasão na educação superior e subsidiar ações institucionais para que o curso possa maximizar os retornos sociais esperados.

2. Referencial Teórico

2.1 Expansão da educação superior no Brasil e a evasão universitária

A educação superior no Brasil apresenta características históricas de exclusão e elitização, o que torna os cursos em nível superior acessíveis a uma minoria. A importância de garantir o direito constitucional de acesso à educação a toda população, ganhou força na primeira década do século XXI e levou o governo a empreender as ações de expansão deste nível de formação educacional.

A ampliação das formas de entrada e permanência nas Instituições de Educação Superior (IES) pelo país se deram por meio de um conjunto de medidas criadas como: as Políticas de Ação Afirmativa, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para todos (PROUNI), o Financiamento Estudantil (FIES) e a expansão da Educação à Distância (PAULA; FERNANDEZ LAMARRA, 2011). Tais medidas procuraram tanto expandir o sistema federal, quanto apoiar o crescimento das IES privadas.

O REUNI foi instituído pelo Decreto Presidencial nº. 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007) e representa uma das principais ações governamentais. Segundo Santos (2008), é o programa mais ambicioso dessa natureza já implementado no Brasil. O programa apresenta como objetivo ampliar as condições de ingresso da população à educação superior e oferecer subsídio para que permaneçam estudando e concluam seus cursos, além do melhor aproveitamento da estrutura física e de pessoal existente nas universidades federais. De modo objetivo, pretendia-se elevar a taxa média de conclusão dos cursos presenciais de graduação para 90% e da relação de alunos de graduação por professor para 18% (BRASIL, 2007).

O processo de expansão contribuiu para a interiorização das universidades federais e aumento do número de vagas. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Educação - MEC (2014), o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003, para 237 até o final de 2011, sendo criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos *campi* que possibilitaram a oferta de mais vagas e de novos cursos.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2017), houve um crescimento de 96,5% no número de matrículas nos cursos de graduação entre os anos de 2003 e 2014, passando de 3.936.933 matrículas em 2003 para 7.828.013 matrículas em 2014. Em 2015 o número de ingressantes na educação superior (presencial e a distância) foi de 2.920.222, dos quais 534.361 foram em instituições públicas, sendo 283.917 em universidades federais.

Esse processo de expansão se deu, inclusive, pela implantação dos Bacharelados Interdisciplinares (BI). Este modelo, denominado de Escola Nova, ganhou destaque nas propostas de reforma universitária na Europa, na década de 90 e é inspirado no Processo de Bolonha e nos *Colleges* estadunidenses (SANTOS, 2008).

O modelo da Universidade Nova baseia-se na adoção de um sistema de três ciclos de educação superior. O Primeiro Ciclo consiste no Bacharelado Interdisciplinar (BI), que proporciona ao discente uma formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes. O Segundo Ciclo é de formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas. O Terceiro Ciclo é de formação acadêmica científica, artística e profissional da pós-graduação - mestrado ou doutorado (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008).

Imerso nesta nova concepção de educação superior, os BI foram apresentados como uma proposta alternativa aos modelos de formação tradicionalmente predominantes no Brasil. De acordo com os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, estes são “[...] programas de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento” (BRASIL, 2010, p.4). Este primeiro ciclo busca garantir uma formação geral nas chamadas “grandes áreas”, com fortes bases conceituais, éticas e culturais, ficando para o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, maior dedicação à formação profissional em áreas específicas do conhecimento (BRASIL, 2010). No Brasil, a implantação dos BI iniciou-se no ano de 2006, na Universidade Federal do ABC (UFABC), e ganhou impulso a partir do REUNI. Em 2016 existiam 52 Bacharelados Interdisciplinares, em atividade, distribuídos em 16 IES, em sua imensa maioria da rede federal (BRASIL, 2016).

Os BI, por meio do REUNI, juntamente com outros programas, contribuíram, para a ampliação do número de vagas, levando ao aumento do número de ingressantes e concluintes em cursos tradicionais e em novos programas de formação. No entanto, surge a dúvida: “Essa expansão também levou a democratização da educação superior brasileira”?

De acordo com Dias Sobrinho (2011, p. 121), a democratização do ensino superior é um núcleo dos mais importantes e urgentes da agenda atual. O autor lembra o princípio da educação como “[...] bem comum público, direito social e dever do estado” e acredita que garantir o acesso e permanência dos alunos em cursos de qualidade é requisito essencial para a construção de uma sociedade democrática. Por outro lado, Paula (2011) ressalta que o aumento do número de vagas na educação superior não garante a sua democratização. Para a autora, torna-se necessário intensificar ações como políticas de ação afirmativa, expansão e interiorização com qualidade, além de reformas sociais profundas, que promovam a melhor distribuição de renda para que os filhos da classe trabalhadora possam ingressar e ter condições de permanecerem no ensino superior. Paula (2011, p. 92) afirma que:

Só buscando maior equidade em termos de resultados, poderemos falar efetivamente em políticas de democratização da educação superior, do contrário o que teremos é um arremedo de democracia que amplia o acesso, mas não garante a permanência e a inclusão social das camadas marginalizadas.

As políticas de expansão do acesso e permanência também contribuíram para que, nos últimos dez anos, houvesse uma significativa mudança no perfil econômico do estudante universitário, elevando para mais de 60%, os estudantes que tem renda familiar média de 1,5 salário mínimo, nas universidades federais (ANDIFES, 2016). Isso tem permitido que mais pessoas de baixa renda cheguem a este nível de formação, no entanto, a evasão continua sendo um dos grandes desafios para o processo de democratização no Brasil. Dados do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior – Semesp (2015), dão conta que, em 2013, a taxa de evasão dos cursos presenciais da rede privada no Brasil atingiu o índice de 27,4%, e na pública de 17,8%. Nos cursos EAD, o problema é ainda mais acentuado chegando a 29,2% na rede privada e 25,6% na rede pública.

Os estudos científicos sobre a evasão universitária são relativamente recentes e surgiram, a partir da década de 1970, com teorias explicativas desenvolvidas, especialmente, por pesquisadores norte-americanos, que muito contribuíram para a compreensão dos fatores que levam o estudante universitário a evadir do curso no qual ingressou (LOBO, 2012). Tinto (1975), considerado o maior especialista sobre evasão, propôs o chamado Modelo Longitudinal de Integração que procura explicar todos os aspectos e processos que influenciam a decisão de um estudante em abandonar o curso. Embora reconheça a influência das características pessoais e socioeconômicas do discente, esse modelo destaca a integração acadêmica e social à instituição como principal fator de influência da decisão dos alunos em continuar na IES ou evadir.

As pesquisas sobre evasão na educação superior brasileira concentram-se, especialmente, na identificação das causas internas e externas desse fenômeno e podem ser classificadas em dois grupos. O primeiro é composto por pesquisas bibliográficas realizadas no contexto nacional, das quais

se destacam os trabalhos da Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras (BRASIL, 1996) e as pesquisas de Paula (2011), Lobo (2012), Souza, Petró e Gesinger (2012) e Morosini et.al. (2012). O segundo grupo é composto, especialmente, por dissertações e teses que buscaram desenvolver estudos em instituições, departamentos ou cursos.

Os resultados das pesquisas mostram a complexidade do problema e apontam para o caráter multifatorial da evasão. Dentre as causas apontadas, destacam-se: a) internas: insatisfação com os currículos dos cursos, desempenho acadêmico insatisfatório, insuficiência de políticas de assistência estudantil e de políticas afirmativas e compensatórias, descontentamentos com o corpo docente, dificuldades de ambientação na IES; b) externas: dificuldades financeiras, dificuldades em conciliar trabalho e estudo, fatores geográficos, formação básica deficiente, problemas pessoais ou familiares do estudante, desvalorização de determinadas profissões no mercado de trabalho.

Diante do cenário de altos índices de evasão e da importância da democratização da educação superior no Brasil, este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa que buscou compreender como tem se caracterizado aspectos da evasão no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE) e quais os desafios econômicos, sociais e institucionais para a superação do problema.

3. Procedimentos Metodológicos

O Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia (BICE) é oferecido pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL – MG, no *campus* de Varginha, desde 2009 e segue as tendências propostas pelo modelo da Escola Nova. O curso tem duração mínima de três anos e com formação geral, humanística e intelectual, e, concomitantemente, o prepara para cursar qualquer um dos cursos de 2º ciclo que são: Administração Pública, Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria e Ciências Atuariais (UNIFAL – MG, 2011).

Anualmente, são ofertadas 300 vagas para o BICE, sendo a oferta de 150 vagas no primeiro semestre, para o período integral e 150 vagas no segundo semestre, para o período noturno. De 2009 a 2015 ingressaram 2042 estudantes no curso, dos quais 545 evadiram. Essa grande quantidade de estudantes que abandonam o curso sem concluí-lo, apresenta-se como um desafio que necessita ser compreendido e minimizado.

Os sujeitos da pesquisa são os estudantes evadidos do curso e a pesquisa caracterizou-se por sua natureza quantitativa e descritiva, utilizando-se de uma amostragem não probabilística por conveniência.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas e por meio da utilização de duas fontes diferentes. Em um primeiro momento, a pesquisa foi de caráter documental, com a utilização de dados secundários disponíveis em bancos de dados da instituição. Em um segundo momento, a coleta de dados se deu por meio de questionário semiestruturado enviado aos alunos que evadiram do curso, por meio do *Google Drive*. O questionário foi composto por 23 questões que procuraram identificar os fatores internos e externos à IES, bem como os fatores pessoais que influenciaram na decisão do estudante de evadir do curso.

A estrutura do questionário foi pensada levando em consideração o caráter multifatorial da evasão que, conforme Tinto (1975) explicita em seu modelo longitudinal, diferentes aspectos e processos influenciam a decisão de um estudante em abandonar o curso.

4. Apresentação e discussão dos resultados

A pesquisa mostrou que dos 2042 alunos ingressantes, no período de 2009 a 2015, 545 (26,68%) já haviam evadido em março de 2016, o que representa uma taxa de evasão superior à média nacional nos cursos presenciais ofertados pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que é de 17%. Entre os alunos que ingressaram no período de 2009 a 2011 e que apresentam uma situação mais definida, a taxa média de evasão é superior a 40%, o que demonstra a gravidade do problema.

Quando comparada à evasão de outros Bacharelados Interdisciplinares (BI), o BICE apresenta taxa de evasão similar. Nos BI da Universidade Federal da Bahia, considerando os ingressantes em 2009, a evasão era de 38,3%, em 2012 (ANDRADE, 2014). A evasão no BI em Ciências Exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no período de 2009 e 2014, tem sido em média de 38% (CIRIBELI, 2015). A evasão no BI em Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do ABC é ainda maior, chegando a quase 50% em 2011 (CARVALHO, 2011). Essa comparação não permite conclusões acerca do problema ser mais grave nos cursos que adotam o modelo de Bacharelados Interdisciplinares. No entanto, torna-se relevante buscar dados nacionais sobre a evasão nos BI visto que, uma das propostas do REUNI, por meio da revisão dos currículos e dos projetos acadêmicos, era, dentre outras, reduzir as taxas de evasão e elevar a taxa de conclusão para 90% (BRASIL, 2007).

Para compreender a evasão no BICE, buscou-se conhecer algumas características do estudante evadido. A pesquisa realizada a partir de dados institucionais revelam informações socioeconômicas e do desempenho acadêmico destes estudantes.

A renda familiar bruta de grande parte dos alunos (51,27% entre os ingressantes e 48,74% entre os evadidos) era inferior a três salários mínimos. O perfil socioeconômico representa bem o processo de expansão do acesso à educação superior, ocorrido nos últimos anos, que aumentou o ingresso de pessoas das classes menos favorecidas economicamente a este nível de escolaridade. Os dados mostram a situação de vulnerabilidade econômica de grande parte dos estudantes que, muitas vezes, precisam conciliar trabalho e estudo ou dependem de ações de assistência estudantil para permanecerem na universidade.

Com relação à questão geográfica, os dados revelaram que quase 40% residiam em Varginha e mais de 80% no sul de Minas Gerais. Esse é um indicador do caráter regional do curso, que atrai, especialmente, a população dessa microrregião. A média de estudantes evadidos que residem em Varginha acompanha a média de ingressantes do curso, porém, os estudantes das demais cidades do sul de Minas evadiram em maior proporção, o que pode ter sido influenciado por gastos com transporte e demanda maior de tempo para chegar à universidade. No caso específico destes estudantes, a questão geográfica pode estar influenciando a evasão.

Quanto ao rendimento acadêmico, os dados revelam que mais de 80% dos evadidos apresentavam um desempenho insuficiente, que pode estar relacionado à fatores pessoais (cognitivos, emocionais), fatores internos à IES (currículo, processos de ensino e avaliação, grau de exigência) e externos às IES (deficiência na educação básica) que podem influenciar na decisão do aluno de evadir.

Os dados também revelaram que grande parte (mais de 60%) dos estudantes que evadiram estavam matriculados no 1º ou 2º períodos do curso, o que indica a necessidade de ações voltadas, especialmente, para os ingressantes, que o auxiliem no processo de afiliação universitária e minimizem a evasão no curso (TEIXEIRA et al., 2008).

De modo geral, a pesquisa apontou algumas características do estudante evadido que podem contribuir para a compreensão da evasão no curso, que são: baixa renda, residente no Sul de Minas, e que evadiu no início do curso apresentando um baixo desempenho acadêmico. Essas características indicam uma associação de fatores sociais, pessoais e institucionais também verificadas na pesquisa empírica.

O questionário aplicado aos evadidos possibilitou identificar, a partir da percepção deles, os principais fatores que motivaram a sua evasão do curso. Os resultados mostraram que a evasão foi influenciada por múltiplos fatores que se apresentam na interseção das perspectivas interna à IES, externa à IES e pessoal. Dentre os fatores mais apontados, destacaram-se: a) Fatores internos: dificuldade de participar de atividades desenvolvidas na universidade e os conteúdos e programas de ensino das disciplinas b) Fatores externos: dificuldade de conciliar trabalho e estudo e a situação econômica; c) Fatores pessoais: o interesse por outro curso e o desencanto com o curso.

As dificuldades de participação das atividades da instituição podem estar relacionadas às condições pessoais de cada aluno, porém nas questões descritivas, os evadidos apontaram situações internas do curso que dificultam tal participação. Foram citadas questões como o horário das monitorias e as condições para desenvolver pesquisa e extensão que dificultam o acompanhamento das atividades e a conclusão dos componentes curriculares do curso.

Os conteúdos e programas de ensino das disciplinas se referem a questões específicas do curso e sugerem a necessidade da constante revisão e adequação do Projeto Político Pedagógico de Curso (PPPC) às transformações sociais, adaptando-se ao contexto no qual está inserido. Nas respostas descritivas foram apontadas, por exemplo, questões metodológicas de ensino e avaliação que, no entendimento dos estudantes, refletem negativamente no rendimento, gerando reprovações e evasão.

A dificuldade de conciliar trabalho e estudo pode variar de acordo com as características pessoais de cada estudante, porém, é também influenciada por fatores externos e internos. A necessidade de trabalhar pode estar relacionada à condição econômica daqueles que cursam o BICE, já que quase a metade (48,74%) dos evadidos declararam renda familiar baixa. Quando as condições não são favoráveis para conciliar as duas atividades, os estudantes são obrigados a optar pela garantia de seu sustento e abandonam o curso. Essa situação está bastante ligada ao outro fator externo apontado que é a situação econômica do aluno. Assim, tornam-se necessárias reformas sociais profundas, que promovam a melhor distribuição de renda para que a população de baixa renda possa ingressar e ter condições de permanecerem na educação superior (PAULA, 2011).

O desencanto com o curso pode estar relacionado a fatores pessoais, como a escolha da profissão quando a pessoa é recém egressa da educação básica e ainda muito jovem. Quando isso ocorre e o estudante percebe que o curso escolhido não é adequado às suas habilidades, formação ou vocação ele é levado a evadir e ingressar em outro curso superior (BRASIL, 1996). O interesse por outro curso pode ser algo anterior ao ingresso no BICE, que não era a sua primeira opção no processo de seleção¹. Assim, a evasão ocorre quando surge a oportunidade de ingressar em outro curso, no qual se tinha maior interesse.

5. Considerações finais

A pesquisa reforçou o caráter multifatorial da evasão. Os dados mostraram, ainda, que os fatores influenciadores da evasão no BICE não ocorrem de forma isolada, mas sim associados e que estes se apresentam nas interseções das perspectivas interna às IES (institucionais) e externa às IES (socioeconômicas) e pessoal. Apesar dos fatores pessoais e externos apresentarem grande peso sobre a decisão de evadir do curso, grande parte deles estão relacionados aos aspectos internos do curso ou da instituição de educação. Tinto (1975) e Andriola, Andriola e Moura (2006), ressaltam que as experiências vivenciadas ao longo do curso, contribuem para redefinir suas intenções e compromissos iniciais, determinando sua permanência ou evasão.

Os dados acerca do perfil dos evadidos, associados aos fatores de evasão apontados por eles, indicam que a instituição tem uma grande margem de ação para enfrentar os problemas e que devem ocorrer em diversas vertentes, considerando as características do curso e dos discentes. Dessa forma, a pesquisa aponta para a necessidade de revisão das políticas educacionais e sociais, além de ações institucionais diversas que vão do acompanhamento e discussão do problema, a atividades de apoio voltadas para orientação e aprendizagem dos estudantes.

Referências

AMARAL, João Batista. **Evasão discente no Ensino Superior**: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 10 fev.2016.

¹ Grande parte das Instituições de Educação Superior utilizam o Sistema de Seleção Unificado – SISU, para ingresso nos cursos, o que permite ao discente escolher duas opções e ingressar naquele em que sua nota for suficiente.

ANDRADE, Jeilson Barreto. **A evasão nos Bacharelados interdisciplinares da UFBA: um estudo de caso**. 2014. 179 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Humanidades Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador: UFBA, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/15077/1/Vers%C3%A3o_final_disserta%C3%A7%C3%A3o_Jeilson_PPGEISU_IHAC_UFBA.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ANDRIOLA, Cristiany Gomes; MOURA, Cristiane Pascoal. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14. n. 52, p.365-382, 2006.

ANDIFES. IV Pesquisa do perfil sócio-econômico e cultural dos estudantes de graduação. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2016148075eca434327469c267f6e95dd/Perfil2016.pdf>. Acesso em: 11 agosto. 2017.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Expansão**. 2014. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Parecer nº 266**: Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares. 2010. Disponível em:

<http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20bacharelados%20interdisciplinares%20%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Superior, Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Brasileiras, 1996. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação e Pesquisa. **Censo**. 2016. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

CARVALHO, Tatiana. **Universidade Federal do ABC: uma nova proposta de universidade pública?** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21072011-100910/pt-br.php>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

CIRIBELLI, Bruno César de Nazareth. Retenção e evasão escolares no Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Exatas da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública)- Faculdade de Educação, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/1332>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior: democratização, acesso e permanência com equidade. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNANDES LAMARRA, Norberto, (Org.). **Reformas e democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011. p. 121-152.

GOMES, Alfredo Macedo; OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas de educação superior no Brasil: mudanças e continuidades. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNANDES LAMARRA, Norberto, (Org.). **Reformas e democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011. p.153-190.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo Técnico. Censo da Educação Superior Brasileira. Brasília: Inep, 2017. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf. Acesso em: 22 jun. 2017.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções. **ABMES Cadernos**, n. 25, dez. 2012.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Educação Superior no Brasil: 10 anos pós-LDB**. Brasília, DF: Inep, 2008. p. 329-350. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/www.alfa/images/ponencias/clabes/ST_1_Abandono/12_MorosiniM_Abandono_ESBrasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2015.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNANDES LAMARRA, Norberto, (Org.). **Reformas e democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. Educação Superior e inclusão social na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; FERNANDES LAMARRA, Norberto, (Org.). **Reformas e democratização da Educação Superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2011. p. 53-96.

SANTOS, B. S; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI: para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 2 maio. 2015.

SINDICATO DAS ENTIDADES MANTENEDORAS DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR NO ESTADO DE SÃO PAULO – SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SOUZA, Clair Terezinha; PETRÓ, Carolina da Silva; GESSINGER, Rosana Maria. Um estudo sobre evasão no ensino superior do Brasil nos últimos dez anos: as possíveis causas e fatores que influenciam no abandono. Prevendo o risco do abandono. In: CLABES, 2., 2012, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2012.

TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira et al. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicol. Esc. Educ**, v.12, n.1, p.185-202, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000100013>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

TINTO, Vicent. Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research. **Review of Educational research**, New York, n. 45, p. 89-125, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS – UNIFAL-MG. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia**. Varginha, 2011. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/BICE/sites/default/files/anexos/PP%20BICE%202011.pdf>>. Acesso em: 10 maio. 2015.